



O campo da Educação Ambiental: Cartografias Político-Pedagógicas e Epistemológicas

*The field of Environmental Education: Political-Pedagogical
and Epistemological Cartographies*

Ronualdo Marques¹

<https://orcid.org/0000-0001-6681-9914>

ronualdo.marques@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a constituição do campo da Educação Ambiental (EA) a partir de suas bases históricas, epistemológicas e político-pedagógicas, situando-o no contexto da crise socioambiental contemporânea. O objetivo geral é analisar criticamente a pluralidade de correntes da EA, mapeando suas concepções de meio ambiente, fundamentos epistemológicos e implicações pedagógicas, com ênfase nas tensões entre abordagens conservadoras, críticas e pós-críticas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentada em revisão sistemática e crítica da literatura nacional e internacional, a partir da cartografia teórica das correntes de Educação Ambiental, especialmente com base em autores clássicos e contemporâneos do campo. Os resultados evidenciam que a EA se constitui como um campo plural, não homogêneo e marcado por disputas teóricas e políticas, no qual coexistem perspectivas tecnicistas, conservacionistas e abordagens críticas, decoloniais e pós-críticas. Conclui-se que as correntes críticas e pós-críticas apresentam maior potencial emancipatório ao problematizar as causas estruturais da crise ambiental, valorizar a diversidade de saberes e promover práticas educativas comprometidas com a justiça socioambiental, a participação política e a transformação social.

Palavras-chave: Correntes Político-Pedagógicas. Currículo e Transversalidade. Epistemologias Ambientais.

Abstract

The article analyzes the constitution of the field of Environmental Education (EE) based on its historical, epistemological, and political-pedagogical foundations,

1. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas na Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná UFPR (2024). Membro do GPEACS - Grupo de Pesquisa sobre Educação Ambiental e Cultura da Sustentabilidade (UFPR), do Centro de Educação Ambiental e Preservação do Patrimônio (CEAPP-IPHAN-UFPR). Pedagogo e Professor na Rede Municipal de Educação de Pinhais Paraná.

situating it in the context of the contemporary socio-environmental crisis. The overall objective is to critically analyze the plurality of EE currents, mapping their conceptions of the environment, epistemological foundations, and pedagogical implications, with an emphasis on the tensions between conservative, critical, and post-critical approaches. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and analytical study based on a systematic and critical review of national and international literature, using a theoretical cartography of Environmental Education currents, especially based on classic and contemporary authors in the field. The results show that EE is a pluralistic, non-homogeneous field marked by theoretical and political disputes, in which technical and conservationist perspectives coexist with critical, decolonial, and post-critical approaches. It is concluded that critical and post-critical currents have greater emancipatory potential by problematizing the structural causes of the environmental crisis, valuing the diversity of knowledge, and promoting educational practices committed to socio-environmental justice, political participation, and social transformation.

Keywords: Political-Pedagogical Currents; Curriculum and Transversality; Environmental Epistemologies

Introdução

A intensificação da crise socioambiental nas últimas décadas evidencia os limites do modelo civilizatório hegemônico, fundamentado na exploração predatória da natureza, na racionalidade técnico-instrumental e na ampliação das desigualdades sociais. Embora a presença humana represente uma fração mínima da história do planeta, seus impactos tornaram-se profundos e sistêmicos, comprometendo as condições de existência da vida em suas múltiplas formas. Esse cenário de polícrises — ambiental, social, econômica, cultural e ética — impõe à sociedade contemporânea o desafio de repensar as relações entre sociedade, natureza e educação.

Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) emerge não apenas como uma resposta pedagógica às problemáticas ecológicas, mas como um campo educativo, político e epistemológico em disputa, constituído historicamente por diferentes correntes teóricas, concepções de mundo e projetos societários. Longe de se restringir a práticas pontuais, informativas ou tecnicistas, a EA configura-se como uma dimensão essencial da educação, atravessada por tensões entre perspectivas conservadoras, críticas e pós-críticas, que expressam distintas compreensões sobre meio ambiente, sujeito, conhecimento, currículo e transformação social.

A questão central que orienta este estudo consiste em compreender como se constitui o campo da Educação Ambiental enquanto espaço plural de correntes político-pedagógicas e epistemológicas, e de que modo essas correntes influenciam as práticas educativas, as políticas públicas e os processos formativos no enfrentamento da crise socioambiental contemporânea. A problemática reside no fato de que, apesar da ampla difusão do discurso ambiental, muitas abordagens ainda reproduzem visões reducionistas, despolitizadas ou adaptativas, que não questionam as estruturas históricas, econômicas e culturais responsáveis pela degradação ambiental e pela injustiça socioambiental.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar a constituição histórica, teórica e político-pedagógica da Educação Ambiental, mapeando suas principais correntes e tendências, bem como seus fundamentos epistemológicos e implicações para a prática educativa. Especificamente, busca-se: (i) evidenciar a pluralidade de concepções que conformam o campo da EA; (ii) problematizar as disputas teóricas e políticas que atravessam esse campo; e (iii) discutir as potencialidades das abordagens críticas e pós-críticas para a construção de uma Educação Ambiental comprometida com a justiça socioambiental, a participação política e a transformação social.

Ao assumir a Educação Ambiental como um campo em permanente construção, este estudo defende a necessidade de compreendê-la como um processo educativo crítico, interdisciplinar, dialógico e emancipatório, capaz de articular saberes científicos, populares, éticos e estéticos, e de contribuir para a formação de sujeitos ecológicos conscientes de seu papel histórico na construção de modos de vida mais sustentáveis, democráticos e solidários.

Educação Ambiental: entre conceitos e paradigmas

O planeta Terra possui aproximadamente 4,54 bilhões de anos, enquanto a existência do ser humano remonta a cerca de 200 mil anos (Sussman, 2002). Embora essas trajetórias temporais sejam profundamente desiguais, suas histórias se entrelaçam de forma decisiva. A interação entre humanidade e meio ambiente constitui a base da própria sobrevivência humana no planeta. Conforme argumenta Sussman (2002), o ser humano não é um ente externo ou superior à natureza, mas parte constitutiva dela, um organismo entre outros, dependente dos recursos naturais para sua subsistência. Em contraste, o meio ambiente demonstrou capacidade de existência autônoma por bilhões de anos, independentemente da presença humana.

Apesar de ocupar uma fração ínfima da história do planeta — menos de 0,01% de sua existência —, a humanidade produziu impactos ambientais de magnitude sem precedentes. Esses impactos, intensificados sobretudo a partir da modernidade industrial, disseminaram-se em ritmo acelerado, gerando problemas ambientais, sociais e civilizatórios que ameaçam a continuidade da vida no planeta (Sussman, 2002). Entretanto, se tais problemas são produtos da ação humana, também é pela ação humana, individual e coletiva, que se podem construir caminhos de enfrentamento, mitigação e transformação.

Historicamente, os seres humanos desenvolveram distintas formas de relação com o ambiente físico, predominantemente orientadas pela lógica da dominação e da exploração conforme suas necessidades imediatas. O atual modelo civilizatório, sustentado pela racionalidade técnico-instrumental, pelo consumo exacerbado e pela

mercantilização da natureza, tem produzido uma profunda crise socioambiental e civilizatória. Essa crise se expressa no esgotamento dos recursos naturais, no acúmulo de resíduos, na intensificação das mudanças climáticas, no aquecimento global, na degradação dos ecossistemas, no aumento das desigualdades sociais, bem como na emergência de conflitos, intolerâncias e injustiças socioambientais (Alisson, 2015).

Esses fenômenos evidenciam os limites físicos, biológicos e químicos do planeta diante da expansão contínua do modelo de desenvolvimento hegemônico. Como apontam autores contemporâneos, vivemos uma era marcada por polícrises interconectadas, nas quais dimensões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais se entrelaçam de maneira indissociável (Morin, 2024; 2024; Leff, 2025). Nesse contexto, a Educação Ambiental assume centralidade estratégica como campo de reflexão crítica e prática transformadora.

As discussões iniciais sobre a necessidade de proteção ambiental emergem de forma mais sistematizada a partir de 1948, durante o encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em Paris (Dias, 2022). Nas décadas seguintes, especialmente entre os anos 1960 e 1970, a percepção da crise ambiental global intensificou-se, impulsionando denúncias, mobilizações sociais e reflexões críticas acerca da relação predatória estabelecida entre sociedade e natureza.

Um marco fundamental desse período foi a publicação da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962, que denunciou os impactos dos agrotóxicos e chamou atenção para as consequências ambientais das ações humanas (Dias, 2022). De modo complementar, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, consolidou a temática ambiental na agenda política internacional. A Declaração de Estocolmo reconheceu o meio ambiente como patrimônio comum da humanidade, afirmando o direito de todos a um ambiente saudável e destacando a necessidade de cooperação internacional e de um desenvolvimento economicamente sustentável.

A Conferência de Estocolmo também resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), configurando-se como um divisor de águas na formulação de políticas ambientais globais (Barbieri, 2011). Ainda que insuficientes para conter integralmente os impactos ambientais, esses avanços representaram importantes mudanças na consciência ambiental e no papel dos Estados frente à crise ecológica.

É nesse contexto que, a partir de 1972, a Educação Ambiental passa a ocupar espaço relevante nas agendas internacionais. A associação entre os termos “educação” e “ambiental” ampliou o entendimento de que a problemática ecológica não se restringe aos sistemas naturais, mas envolve profundamente os sistemas sociais, econômicos, culturais e políticos (Layrargues, 2009).

O Encontro de Belgrado, promovido pela UNESCO em 1975, consolidou os princípios gerais do Programa Internacional de Educação Ambiental, expressos na Carta de Belgrado. Nesse documento, a Educação Ambiental é concebida como um processo voltado à formação de uma população mundial consciente, crítica, participativa e engajada na resolução dos problemas ambientais (Seara Filho, 1987).

Dois anos depois, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi (1977), aprofundou essas diretrizes, definindo objetivos, princípios e estratégias fundamentais para o campo. A Educação Ambiental passou a ser compreendida como uma dimensão transversal da educação, orientada à resolução de problemas concretos por meio de abordagens interdisciplinares e da participação ativa dos indivíduos e das coletividades (Tbilisi, 1977).

As definições consolidadas nesses eventos internacionais ressaltam a Educação Ambiental como um processo permanente de reconhecimento de valores, clarificação de conceitos, desenvolvimento de habilidades, transformação de atitudes e fortalecimento da ética, visando à melhoria da qualidade de vida e à tomada de decisões responsáveis (Seara Filho, 1987).

Ao longo das décadas seguintes, a Educação Ambiental consolidou-se como uma dimensão essencial da educação (Sauvé, 2005), articulada à mudança social, à construção da sustentabilidade e ao fortalecimento da cidadania. Autores como Caride e Meira (2004) enfatizam a necessidade de uma Educação Ambiental conectada aos saberes locais, às práticas sociais e à articulação entre pensamento global e ação local.

Nesse sentido, Layrargues (2002) afirma que a Educação Ambiental é eminentemente política, pois visa desenvolver uma consciência crítica sobre os atores, instituições e conflitos socioambientais, promovendo o enfrentamento coletivo desses desafios por meio da cidadania ativa e da gestão ambiental democrática.

Essa perspectiva é aprofundada por Mousinho (2003), ao compreender a Educação Ambiental como um processo que articula informação, consciência crítica, transformação social e ética, reconhecendo a crise ambiental como uma questão profundamente política.

Loureiro (2004) reforça essa abordagem ao destacar a Educação Ambiental como uma perspectiva que denuncia as dicotomias da modernidade capitalista — sociedade e natureza, razão e emoção, economia e vida — e busca superá-las por meio de uma compreensão integrada e dialética da realidade.

De forma convergente, Sato et al. (2005) defendem a Educação Ambiental como uma luta política, que valoriza tanto o conhecimento científico quanto os saberes populares, reconhecendo-os como fundamentais para a construção de caminhos democráticos e sustentáveis.

Sorrentino et al. (2005) ampliam esse entendimento ao afirmar que a Educação Ambiental se materializa em valores éticos e regras políticas de convivência social,

envolvendo disputas distributivas sobre os benefícios e prejuízos da apropriação da natureza. Quintas (2008), por sua vez, destaca o papel da Educação Ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública.

No contexto contemporâneo, autores recentes reforçam e atualizam essas concepções. Leff (2025) destaca a Educação Ambiental como eixo central da transição para racionalidades ambientais plurais, baseadas na justiça ecológica, na interculturalidade e na sustentabilidade da vida. Nesse contexto, assevera-se a importância da Educação Ambiental diante os limites planetários e à governança socioecológica, ressaltando seu papel na formação de sujeitos capazes de compreender e enfrentar riscos globais complexos. Morin (2024) enfatiza a necessidade de uma educação para a complexidade, capaz de integrar saberes e enfrentar as incertezas da era das polícrises.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a Educação Ambiental não constitui um campo homogêneo ou consensual. Ao contrário, trata-se de um espaço de disputas teóricas, políticas e epistemológicas, no qual coexistem múltiplas concepções e práticas. Como afirmam Carvalho, Saheb e Torales (2018), essas perspectivas não devem ser compreendidas de forma dicotômica, mas como expressões de uma pluralidade de posições que refletem as tensões e os desafios do mundo contemporâneo.

Assim, a Educação Ambiental consolida-se como um campo estratégico para pensar criticamente a vida, o futuro do planeta e as possibilidades de construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades socioambientais.

Aspectos Metodológicos

Este artigo se fundamenta em uma revisão de literatura qualitativa, de caráter exploratório e analítico, cujo objetivo central é mapear, problematizar e interpretar as múltiplas correntes político-pedagógicas e epistemológicas que constituem o campo da Educação Ambiental (EA). A abordagem metodológica adotada visa não apenas sistematizar saberes consolidados, mas também tensionar as narrativas dominantes, evidenciando as disputas teóricas, políticas e ideológicas que atravessam esse campo historicamente construído.

O percurso investigativo iniciou-se com o mapeamento sistemático da produção acadêmica nacional e internacional, priorizando autores e obras reconhecidos por sua contribuição teórica e epistemológica ao campo. Foram considerados referenciais clássicos — como Sauvé (2005), Loureiro (2004), Layrargues (2002, 2009), Guimarães (2004) e Reigota (2007, 2017) — bem como estudos contemporâneos que atualizam o debate com perspectivas críticas e p s-críticas, tais como Iared et al. (2021), Gomes et al. (2023), Tristão (2013, 2014, 2017), Dolci e Pereira (2020) e Pedrini et al (2023). A seleção dos materiais obedeceu a cr terios de relevância temática, impacto no campo

e diversidade de enfoques, garantindo uma visão abrangente das tendências que conformam a pluralidade da EA.

O percurso metodológico envolveu o mapeamento e sistematização de correntes teóricas que articulam diferentes concepções de meio ambiente, estratégias pedagógicas e fundamentos epistemológicos. Essa cartografia teórica possibilitou uma análise crítica da evolução do campo da EA, destacando suas disputas conceituais, desafios contemporâneos e potencial transformador.

Assim, esta pesquisa buscou não apenas sistematizar o conhecimento produzido, mas também tensionar e ampliar o debate sobre a Educação Ambiental enquanto campo em construção, de natureza plural, interdisciplinar e profundamente política.

Importante destacar que esta pesquisa não trata as correntes como categorias fixas ou mutuamente exclusivas, mas como expressões dinâmicas e frequentemente híbridas de visões de mundo, marcadas por contextos históricos, culturais e políticos específicos. Assim, o método empregado valoriza a complexidade e a ambivalência do campo, recusando dicotomias simplificadoras (ex.: técnica × crítica) e privilegiando uma leitura dialética que reconheça tanto os conflitos quanto as possibilidades de articulação entre diferentes paradigmas.

Por fim, a análise foi orientada por uma postura epistemologicamente situada: reconhece-se que toda produção de conhecimento é política, e que a própria escrita deste artigo se inscreve em uma perspectiva comprometida com a justiça socioambiental, a descolonização do saber, a interculturalidade e a transformação social. Nesse sentido, a metodologia não se limita à descrição neutra de tendências, mas assume um compromisso ético-pedagógico com formas de EA que promovam a participação democrática, a crítica às estruturas de opressão e a construção de futuros plurais e sustentáveis.

Educação Ambiental: um elo entre fontes epistemológicas e tendências político-pedagógicas

Como supracitado no subtópico anterior em que sintetizamos o percurso da construção do campo da Educação Ambiental, a partir das conferências internacionais da década de 70, estas se consolidam como um marco importante no desenvolvimento de políticas de Educação Ambiental em todo o mundo. A Educação Ambiental se configura como um campo do conhecimento integrado e diverso que estuda a relação dos seres humanos com o meio ambiente e busca promover a conscientização, a participação e a ação sobre as situações que ameaçam o direito ao ambiente saudável e equilibrado (finitude dos recursos naturais, exploração irresponsável, degradação, má distribuição de recursos advindos da exploração de recursos naturais, entre outros) e promover ações de conservação, preservação e a sustentabilidade do meio ambiente.

Dessa forma, a Educação Ambiental passa a ser compreendida como uma “área do conhecimento que envolve conceitos multidisciplinares, de caráter heterogêneo e plural”, apresentando diferentes abordagens e perspectivas “teórico-metodológicas que configuram diferentes tendências político-pedagógicas em suas práticas” e vem se consolidando como um campo de pesquisas e ações voltadas para o entendimento e enfrentamento da atual crise ambiental (Campos, Cavalari, 2022, p. 121).

Nessa ascensão em que a Educação Ambiental adentra as políticas públicas entre elas o campo da educação houve a inserção de ideias políticas no debate e nas práticas ambientais trazendo emergindo diferentes concepções de natureza, meio ambiente, sociedade e educação, as quais os pesquisadores e movimentos ambientalistas foram construindo o campo teórico-político e metodológicos assumindo diferentes concepções de Educação Ambiental. Dessa forma, a Educação Ambiental deixou de ser vista como uma prática pedagógica monolítica, e começou a ser entendida como plural, podendo assumir diversas expressões.

Nesse processo, a Educação Ambiental começou a integrar no desenvolvimento das práticas educativas e construindo a sua respectiva área de conhecimento a qual foram se ramificando em várias possibilidades de acordo com as percepções e formações de seus protagonistas, com os contextos sociais nos quais se inseriam e com as mudanças experimentadas ao longo do tempo pelo próprio ambientalismo. Afinal, se o campo da Educação comporta várias correntes pedagógicas; se o campo do ambientalismo desenvolveu uma diversidade de correntes de pensamento após as Conferências Internacionais da década de 70; se o próprio conceito de Sociedade contempla abordagens diferentes, não é difícil imaginar que a confluência desses inúmeros feixes interpretativos que moldam a Educação Ambiental produziria um amplo espectro de possibilidades de se conceber a relação entre a educação e o meio ambiente. À medida que essa diversidade interna se tornou visível, as análises buscaram problematizar esse fenômeno, fazendo da Educação Ambiental um objeto de estudo autorreflexivo que pensa sua própria prática e desenvolvimento.

Nesse estudo, apresentaremos a seguir o mapeamento das correntes e tendências de Educação Ambiental a partir das concepções, tendências e/ou das abordagens que apresentam no campo de construção científica em torno da Educação Ambiental.

O Quadro 01 apresenta as características da Educação Ambiental, as estratégias de práticas educativas e as concepções de meio ambiente de acordo com as correntes mais antigas para as mais recentes a partir da cartografia das correntes de EA de Sauvé (2005) sendo as correntes: naturalista, conservacionista/ recursista, resolutiva, sist  mica, científica, humanista e moral/  tica, apontadas como de longa tradi     que surgiram na década de 70/80. E no mesmo estudo as mais recentes temos a corrente

holística, biorregionalista, prático, crítica, feminista, etnográfica, Ecoeducação, sustentabilidade. E apresentamos ainda outras correntes e tendências de Educação Ambiental denominadas como EA pós-crítica a partir dos estudos Tristão (2013, 2014, 2017); Pedrini, Saito (2021); Netto Dolci, Duarte Simões (2022); Pedrini, Souza Silva (2023) que buscaram agregar reflexões sobre os problemas ambientais, enfatizando a importância da sensibilidade, da afetividade e da criação de vínculos emocionais nas práticas educativas. As correntes serão apresentadas a seguir no Quadro 01.

Quadro 01: *Características e concepções das correntes político pedagógicas em Educação Ambiental*

Correntes	Características das concepções e práticas de Educação Ambiental
Naturalista	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na observação, preocupação e descrição da natureza, “pode se resumir à transmissão de conhecimentos sobre a natureza” (Saheb, 2008, p. 7) - Ênfase na valorização da natureza em si mesma. - Busca por uma educação ambiental que promova a apreciação e o contato com a natureza, pois dessa experiência ou imersão adviria a aprendizagem, compreensão dos problemas ecológicos.
	Estratégias de práticas educativas
	- Observação e exploração direta da natureza (Camargo; Camargo, Souza, 2019). - Atividades ao ar livre, como trilhas ecológicas e estudos de campo. - Estímulo à apreciação e valorização da biodiversidade.
Conservacionista/ Recurativa	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um conjunto de elementos naturais que existem independentemente da ação humana (Reigota, 2007). - A natureza é valorizada em si mesma, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.
	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na preservação e conservação dos recursos naturais (Lelis; Saheb, 2021). - Ênfase na conscientização e mudança de comportamento individual. - Abordagem mais técnica e científica.
	Estratégias de práticas educativas
	- Conscientização sobre a importância da conservação dos recursos naturais. - Promoção de práticas de redução, reutilização e reciclagem. - Incentivo à participação em ações de preservação ambiental. - A prática educativa tem como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar” (Layrargues; Lima, 2014, p. 27).
	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um conjunto de recursos naturais que devem ser preservados e utilizados de forma sustentável (Reigota, 2007). - A ação humana é vista como uma ameaça aos recursos naturais e à biodiversidade.

Resolutiva	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na resolução de problemas ambientais. - Ênfase na aplicação de soluções práticas e imediatas. - Busca por uma educação ambiental que promova a resolução de problemas ambientais (Alencastro; Souza-Lima, 2015).
	Estratégias de práticas educativas
	- Identificação e análise de problemas ambientais locais. - Desenvolvimento de soluções práticas e aplicáveis, através de diagnóstico e busca-se soluções no contexto. - Estímulo à participação ativa na resolução de problemas ambientais
Sistêmica	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um conjunto de problemas ambientais que devem ser resolvidos por meio de soluções práticas e aplicáveis (Camargo; Camargo, Souza, 2019). - A ação humana é vista como uma fonte de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da participação ativa e da resolução de problemas.
	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na compreensão dos sistemas ecológicos. - Ênfase na interdependência entre os seres vivos e o meio ambiente. - Busca por uma Educação Ambiental que promova a compreensão dos sistemas ecológicos (Sauvé, 2005).
Científica	Estratégias de práticas educativas
	- Compreensão das interações e interdependências entre os elementos do sistema. - Análise dos impactos ambientais em diferentes escalas. - Promoção de uma visão holística e integrada do meio ambiente, "com objetivo a superação da visão fragmentada de meio ambiente" (Saheb, 2013, p.16)
	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um sistema complexo e interdependente, composto por elementos naturais e sociais. - A ação humana é vista como parte integrante do sistema e como uma fonte de impactos ambientais em diferentes escalas.
	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na aplicação de conhecimentos científicos baseados na observação e experimentação para resolver problemas ambientais. - Ênfase na pesquisa e desenvolvimento de soluções técnicas. - Busca por uma educação ambiental baseada na ciência e na tecnologia.
	Estratégias de práticas educativas
	- Ênfase na aplicação de conhecimentos científicos para a compreensão e solução de problemas ambientais. - Estímulo à pesquisa e experimentação por meio da elaboração e comprovação de hipóteses (Lelis, Saheb, 2021). - Utilização de métodos científicos na investigação ambiental.
	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de estudo científico, que pode ser compreendido e controlado por meio do conhecimento científico (Sauvé, 2005).

Humanista	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na valorização da relação entre ser humano e meio ambiente. - Ênfase na promoção da qualidade de vida e bem-estar humano. - Busca por uma educação ambiental que promova a relação harmoniosa entre ser humano e meio ambiente (Lelis, Saheb, 2021).
	Estratégias de práticas educativas
	-Valorização da relação harmoniosa entre ser humano e meio ambiente. -Estímulo ao desenvolvimento de valores como respeito, solidariedade e responsabilidade ambiental. -Promoção de práticas sustentáveis que visem ao bem-estar humano e à qualidade de vida.
Moral/ética	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um conjunto de elementos naturais que devem ser valorizados e preservados para garantir o bem-estar humano. - A ação humana é vista como uma fonte de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da promoção de valores como respeito, solidariedade e responsabilidade ambiental.
	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na valorização da ética e dos valores em relação ao meio ambiente. - Ênfase na promoção da responsabilidade e da justiça ambiental. - Busca por uma educação ambiental que promova a ética e os valores em relação ao meio ambiente.
Holística	Estratégias de práticas educativas
	- Foco no desenvolvimento de valores éticos em relação ao meio ambiente (Camargo; Camargo, Souza, 2019). - Estímulo à reflexão sobre a responsabilidade individual e coletiva na preservação ambiental. - Promoção de ações baseadas em princípios éticos e morais.
	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de valor moral e ético, que deve ser preservado e respeitado independentemente de sua utilidade para os seres humanos. - A ação humana é vista como uma fonte de responsabilidade moral e ética em relação ao meio ambiente.
Holística	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na interconexão e interdependência de todos os elementos do sistema. - Ênfase na visão integrada do ser humano e do meio ambiente. - Busca por uma Educação Ambiental que promova a compreensão da interdependência entre todos os seres vivos e o ambiente.
	Estratégias de práticas educativas
	- Promoção da visão integrada e interconectada do ser humano e do meio ambiente. - Estímulo à reflexão sobre a interdependência entre todos os elementos do sistema. - Práticas educativas que promovam a consciência ecológica pautada na ética das relações econômicas, políticas e sociais (Reigota, 2007).
Holística	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um sistema complexo e interconectado, composto por elementos naturais e sociais. - A ação humana é vista como parte integrante do sistema e como uma fonte de impactos ambientais em diferentes escalas.

Biorregionalista	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na valorização das características e particularidades de cada região. - Ênfase na relação entre as comunidades locais e o ambiente em que vivem. - Busca por uma Educação Ambiental que promova o conhecimento e a valorização das especificidades de cada região (Lelis, Saheb, 2021).
	Estratégias de práticas educativas
	- Valorização das características, particularidades e especificidades humanas e naturais de cada região (Camargo; Camargo, Souza, 2019). - Estímulo ao conhecimento e valorização dos ecossistemas locais. - Práticas educativas que promovam a identidade e a responsabilidade em relação à região em que se vive.
Prática	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um conjunto de ecossistemas locais, cada um com suas próprias características e particularidades. - A ação humana é vista como parte integrante do ecossistema local e como uma fonte de impactos ambientais em diferentes escalas.
	Enfoque e Objetivos
	- Enfoque na ação e na prática como forma de aprendizado (Lelis, Saheb, 2021). - Ênfase na participação ativa dos indivíduos na resolução de problemas ambientais. - Busca por uma educação ambiental que promova a reflexão crítica e a transformação da realidade.
Crítica	Estratégias de práticas educativas
	- Ênfase na aprendizagem por meio da ação e da prática. - Estímulo à participação ativa dos indivíduos interagindo com suas mudanças e com a complexidade dos problemas sociais (Camargo; Camargo, Souza, 2019). - Práticas educativas que promovam a reflexão crítica e a transformação da realidade.
	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um conjunto de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da participação ativa e da resolução de problemas. - A ação humana é vista como uma fonte de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da reflexão crítica e da transformação da realidade.
	Enfoque e Objetivos
	- Análise crítica das estruturas sociais e econômicas que causam problemas ambientais a partir de uma abordagem política e pedagógica - Ênfase na justiça social e a transformação política. - Busca por uma Educação Ambiental emancipatória e transformadora.
	Estratégias de práticas educativas
	- Análise crítica das estruturas sociais e econômicas que causam problemas ambientais (Queiroz, Oliveira, Guimarães, 2011). - Estímulo à reflexão sobre as relações de poder e a justiça ambiental. - Práticas educativas que promovam a conscientização e a ação coletiva para a transformação social e ambiental.
	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de análise crítica das estruturas sociais e econômicas que causam problemas ambientais. - A ação humana é vista como uma fonte de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da promoção da justiça social e da transformação política.

Feminista	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na relação entre gênero e meio ambiente. - Ênfase na valorização do papel das mulheres na sustentabilidade e na justiça ambiental e nas causas de empoderamento feminino (Lelis, Saheb, 2021). - Busca por uma Educação Ambiental que promova a igualdade de gênero e a participação das mulheres na tomada de decisões ambientais.
	Estratégias de práticas educativas
	- Enfoque na relação entre gênero e meio ambiente. - Estímulo à reflexão sobre as desigualdades de gênero e a justiça ambiental. - Práticas educativas que promovam a igualdade de gênero e a participação das mulheres na tomada de decisões ambientais.
Etnográfica	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de análise crítica das desigualdades de gênero e da relação entre gênero e meio ambiente. - A ação humana é vista como uma fonte de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da promoção da igualdade de gênero e da participação das mulheres na tomada de decisões ambientais.
	Enfoques e objetivos
	- Enfoque na valorização dos conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais. - Ênfase na valorização da diversidade cultural e dos saberes locais. - Busca por uma educação ambiental que promova o respeito e a valorização dos conhecimentos tradicionais.
Ecoeducação	Estratégias de práticas educativas
	- Valorização dos conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais e ou seu lugar de vivência (Lelis, Saheb, 2021). - Estímulo ao respeito e valorização da diversidade cultural e dos saberes locais. - Práticas educativas que promovam o diálogo intercultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais.
	Concepção de Meio ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de valorização dos conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais. - A ação humana é vista como parte integrante do sistema e como uma fonte de impactos ambientais em diferentes escalas.
	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na Educação Ambiental como um processo contínuo e integrado. - Ênfase na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade ambiental. - Busca por uma Educação Ambiental que promova a sustentabilidade e a participação ativa na construção de um mundo mais justo e equilibrado (Sauvé, 2005).
	Estratégias de práticas educativas
	- Ênfase na educação ambiental como um processo contínuo e integrado. - Estímulo ao desenvolvimento de valores e atitudes sustentáveis. - Práticas educativas que promovam a participação ativa na construção de um mundo mais justo e sustentável. - Promover o desenvolvimento pessoal, através da auto experimentação e da autoformação, possibilitadas pela experimentação do meio ambiente
	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de aprendizagem contínua e integrada, que envolve a compreensão das interações entre os elementos naturais e sociais. - A ação humana é vista como parte integrante do sistema e como uma fonte de impactos ambientais em diferentes escalas.

Sustentabilidade	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na busca por um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental. - Ênfase na promoção de práticas sustentáveis e na preservação dos recursos naturais. - Busca por uma educação ambiental que promova a consciência e a ação em prol da sustentabilidade.
	Estratégias de práticas educativas
Decolonial	- Enfoque na busca por um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental (Gaudio, 1998). - Estímulo à reflexão sobre o consumo consciente e a preservação dos recursos naturais. - Práticas educativas que promovam a consciência e a ação em prol da sustentabilidade.
	Concepção de Meio Ambiente
	- O meio ambiente é visto como um objeto de busca por um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental. - A ação humana é vista como uma fonte de problemas ambientais que devem ser enfrentados por meio da promoção da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais.
	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na busca de questionar e desafiar as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a dominação e a exploração do meio ambiente e das comunidades marginalizadas. - Ênfase na valorização da diversidade de saberes e perspectivas, especialmente dos povos indígenas e tradicionais. - Busca promover a justiça ambiental, buscando soluções coletivas e transformadoras.
	Estratégias de práticas educativas
	- Valorizar e incorporar os saberes e as perspectivas dos povos indígenas e tradicionais nas práticas educativas. - Promover a desconstrução das narrativas dominantes e a valorização da diversidade cultural. - Estimular a reflexão crítica sobre as relações de poder e a exploração do meio ambiente. - Incentivar a participação ativa das comunidades marginalizadas na construção de soluções coletivas e transformadoras.
Socioambiental	Concepção de Meio Ambiente
	- Valoriza a diversidade de saberes e perspectivas, especialmente dos povos indígenas e tradicionais. - Questiona as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam a dominação e a exploração do meio ambiente e das comunidades marginalizadas. - Reconhece a importância da descolonização para a construção de um mundo mais justo e sustentável.
	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na busca para integrar as dimensões ambientais e sociais na gestão ambiental. - Ênfase na valorização da dimensão social e cultural na Educação Ambiental. Objetivos: Promover a participação ativa das comunidades na busca por soluções e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável, enfatizando a promoção da justiça ambiental.
	Estratégias de práticas educativas
	- Integrar as dimensões ambientais e sociais nas práticas educativas. - Promover a participação ativa das comunidades na busca por soluções e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. - Estimular a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e ambientais. - Valorizar a dimensão social e cultural na Educação Ambiental.
	Concepção de Meio Ambiente
	- Busca integrar as dimensões ambientais e sociais na gestão ambiental. - Promove a participação ativa das comunidades na busca por soluções e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.
	- Enfatiza a promoção da justiça ambiental e busca soluções coletivas e transformadoras.

Ecofeminismo	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na busca para explorar as interconexões entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. - Ênfase na valorização da perspectiva feminina na construção de uma abordagem mais inclusiva e diversa da Educação Ambiental. - Busca promover a justiça ambiental, buscando soluções coletivas e transformadoras.
	Estratégias de práticas educativas
Estético-ambiental	- Explorar as interconexões entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental nas práticas educativas. - Valorizar a perspectiva feminina na construção de uma abordagem mais inclusiva e diversa da Educação Ambiental. - Estimular a reflexão crítica sobre as relações de gênero e a exploração do meio ambiente. - Promover a participação ativa das mulheres na construção de soluções coletivas e transformadoras.
	Concepção de Meio Ambiente
	- Explora as interconexões entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. - Valoriza a perspectiva feminina na construção de uma abordagem mais inclusiva e diversa da Educação Ambiental. - Promove a justiça ambiental e busca soluções coletivas e transformadoras.
	Enfoques e Objetivos
	- Enfoque na busca para explorar as dimensões estéticas e emocionais da relação entre as pessoas e o meio ambiente. - Ênfase na busca da valorização da experiência estética como uma forma de sensibilização e conscientização ambiental. - Busca promover a participação ativa das comunidades na construção de uma abordagem mais inclusiva e diversa da Educação Ambiental.
	Estratégias de práticas educativas
	- Explorar as dimensões estéticas e emocionais da relação entre as pessoas e o meio ambiente nas práticas educativas. - Estimular a sensibilidade e a conexão afetiva das pessoas com o meio ambiente. - Utilizar recursos artísticos e estéticos para promover a conscientização ambiental. - Valorizar a experiência estética como uma forma de sensibilização e conscientização ambiental.
	Concepção de Meio Ambiente
	- Explora as dimensões estéticas e emocionais da relação entre as pessoas e o meio ambiente. - Valoriza a experiência estética como uma forma de sensibilização e conscientização ambiental. - Promove a conexão afetiva das pessoas com o meio ambiente.

Fonte: Marques (2024, p. 165)

As correntes apresentadas no Quadro 01 exibem uma variedade e diversidade de propostas e concepções que se enriquecem, se complementam e também divergem na construção da trajetória da Educação Ambiental. Existem características específicas que a distingue uma das outras, contudo, as correntes não são, no entanto, mutuamente excludentes em todos os planos pois certas correntes compartilham características comuns.

As concepções de Educação Ambiental, assim como suas abordagens pedagógicas foram e são construídas historicamente. Nesse sentido, reafirmamos que a Educação Ambiental não se diferencia de outros campos de conhecimento, pois é permeada por diferentes concepções e formas de abordagens as quais muitas vezes são conduzidas por ideologias, influenciadas pelo contexto e/ou atendendo aos interesses socio-

econômicos, políticos e culturais. A Educação Ambiental produz culturas ambientais, influenciando a maneira como as práticas em Educação Ambiental são desenvolvidas, desde suas matrizes políticas e pedagógicas. Carvalho, Saheb e Torales (2018) destacam que, “apesar das diferentes tendências que se manifestam no campo, estas não devem ser vistas como um esquema binário ou dicotômico, mas como expressões de uma multiplicidade de posições” (Carvalho, Saheb, Torales, 2018, p. 336).

O atual modelo de sociedade no mundo, vem se configurando como um campo convulsionado em vários becos sem saída, com indicadores de pré-colapso das muitas dimensões da realidade social, ambiental, econômica, cultural e política, sendo fruto de um modo produtivista de ser que é caracterizado por um alto grau de consumismo e pela exploração excessiva dos recursos naturais, o que tem gerado impactos negativos no meio ambiente e na qualidade de vida de todas as formas de vida no ambiente.

Nesse contexto, é preciso compreender a Educação Ambiental como uma dimensão intrínseca da educação, evitando nos restringir a uma única adjetivação da Educação Ambiental. Partimos do pressuposto de que, na prática docente e/ou pedagógica, a Educação Ambiental é caracterizada por uma série de interseções entre abordagens e, adicionalmente, é marcada pela sua natureza plural, composta por diversos referenciais adotados pelos educadores conforme a necessidade de cada situação (Gomes et al, 2023).

Contudo, compreendemos que o trabalho com a Educação Ambiental nos dias atuais deve ser favorecer um estilo de vida na qual todos devem atuar de forma ativa, participativa, crítica sobre as questões concernentes as questões ambientais. Partindo da presunção que é preciso superar a influência e a reprodução de práticas guiadas ou influenciadas pelo modelo do sistema capitalista que visa a exploração dos recursos naturais, valorizando o lucro e causando inúmeros impactos negativos sobre a natureza/meio ambiente, além de renunciar à transformação social.

Nesse sentido, a Educação Ambiental nos dias atuais deve ser permeada por uma perspectiva crítica, dialogada, participativa e corresponsável nas práticas educativas como um campo que permeia a política e a educação, dessa forma, compreendemos que a questão ambiental é, por natureza política, e acreditamos que as concepções que orientam o contexto da prática não devem ser reducionistas, neutras e/ou apolíticas.

Cabe pontuar que a Educação Ambiental que é apolítica e neutra é uma Educação Ambiental que é ineficaz. Ela não consegue promover mudanças reais no mundo, porque não consegue enfrentar as causas profundas dos problemas ambientais, ou ainda, se perfaz na validação e/ou limitação de promover pequenas mudanças no comportamento individual, sem questionar as estruturas sociais e econômicas que geram a degradação ambiental. Nesse cenário, é preciso ir na contramão dessas concepções

de Educação Ambiental, pois se legitimarmos uma educação descontextualizada com a realidade e sem questionar as estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas, a Educação Ambiental pode ser usada como uma forma de legitimar práticas insustentáveis, em vez de promover mudanças reais.

Dessa maneira, a Educação Ambiental deve inculcar uma nova visão de mundo na qual as pessoas assumam uma nova relação no ambiente que está inserido e busque não apenas uma maneira de fazer as coisas, mas uma maneira de ser e sobre essa compreensão repousa o condicionante para que o que fazemos seja ambientalmente sustentável, economicamente próspero, socialmente justo, culturalmente diverso e politicamente democrático.

Mediante a multiplicidade interna do campo ambiental e longe de ser um campo consensual e homogêneo, sua consolidação conduziu a um processo de diferenciação em relação às bases teóricas, epistemológicas, políticas e pedagógicas que interpretam as relações entre educação, sociedade, ambiente e sustentabilidade que na fase “fundacional” da Educação Ambiental ainda não se percebia. E quando se aborda a temática ambiental, os discursos podem estar permeados de ideologias que consideram a Educação Ambiental a partir de diferentes perspectivas e no mesmo discurso podem estar presentes em dois ou mais tipos de vertentes/ correntes ou concepções de Educação Ambiental.

Dessa forma, pontuamos uma visão crítica sobre as correntes tradicionais tais, pois estas muitas vezes se concentram na relação com a natureza a partir da ideia de conservação da natureza e dos recursos naturais, possui visão romântica da natureza pouca crítica social, adota abordagem tecnicista e enfatiza a aplicação de soluções técnicas para resolver problemas ambientais ao modo de encaminhar o trabalho educativo em vez de abordar de forma aprofundada a sua complexidade e questionar as causas subjacentes desses problemas.

Nossa crítica se dá a partir do entendimento que as correntes tradicionais muitas vezes são descontextualizadas da realidade e não questionam as estruturas sociais e políticas que contribuem para o agravamento dos problemas ambientais, e muitas vezes acabam superficialmente por culpabilizar os indivíduos por seus comportamento e atitudes insustentáveis sem questionar as estruturas sociais e políticas que contribuem para os problemas ambientais.

Por outro lado, vemos um crescimento de estudos que utilizam práticas de Educação Ambiental denominadas por Gomes et al., (2023) como concepções inovadoras que adotam uma perspectiva crítica, dialogada, participativa e corresponsável nas práticas educativas ao tratar as questões e problemas ambientais, pois estas tem sido propostas como uma alternativa às correntes tradicionais, pois nessa perspectiva se

busca abordar as raízes dos problemas ambientais, incluindo questões de justiça social e ambiental, e incentivar a ação coletiva para mudança social.

Iared et al., (2021) apresenta o conjunto dessas abordagens como uma Educação Ambiental pós-crítica, considerando a Educação Ambiental pós-crítica aquela que motiva as capacidades criativas, reflexivas, corporais e a emergência da afetividade e do diálogo, afastando-se da percepção puramente racional e hegemônica dos dias atuais. É pós-crítica porque ao valorizar o sentir, o vínculo e a alteridade, amplia horizontes, nos remete a outras possibilidades de ser e estar no mundo com os não humanos em uma relação horizontal.

Reigota (2012, p. 500) argumenta que “no atual contexto, é difícil falar em Educação Ambiental no singular, pois, são muitas as educações ambientais existentes, com diferentes referenciais teóricos e políticos, muitos deles antagônicos e mesmo adversários”. Assim, nos aproximamos de uma perspectiva, em que Iared et al., (2021) propõe como uma Educação Ambiental pós-crítica, como uma possibilidade para práticas educativas mais sensíveis, que motivam as capacidades criativas, reflexivas, corporais e a emergência da afetividade e da subjetividade. Esta perspectiva se apresenta como um campo de estudo emergente, mas tem o potencial de revolucionar a forma como pensamos sobre a Educação Ambiental e o meio ambiente.

Cabe pontuar que a “Educação Ambiental pós-crítica” segundo Iared et al., (2021), argumentam que as abordagens tradicionais são baseadas em uma visão do mundo que é antropocêntrica, patriarcal, eurocêntrica e hegemônica. Nesse seguimento, a Educação Ambiental pós-crítica desafia as relações de poder que moldam as questões ambientais ao buscar desenvolver uma nova abordagem à Educação Ambiental que seja mais inclusiva, crítica e transformadora, buscando reconhecer e valorizar as diferentes experiências e perspectivas das pessoas sobre o meio ambiente ao propor a possibilidade para práticas educativas mais sensíveis e críticas em relação às questões ambientais (Iared et al., 2021).

Deste modo, para que a Educação Ambiental seja favorável ao ambiente e propicie a construção de valores e percepções voltados para uma atuação responsável em sociedade, ela precisa ser capaz de provocar o pensamento humano e enraizar nos indivíduos uma relação de respeito, pertencimento e harmonia junto ao ambiente e seus seres, fomentando a construção de uma consciência para a transformação social de mundos (Sauvé, 1997; Carvalho, 2001; Guimarães, 2004).

A fim de que a Educação Ambiental consiga ressignificar as ações, hábitos e valores humanos relacionados ao ambiente, é preciso compreendê-la como parte das transformações, como processo educativo crítico, participativo, dialógico, coletivo, contínuo e permanente, que tem como premissa a intencionalidade de educar e formar sujeitos

críticos e conscientes de sua realidade local e global, do tipo de relação e impasses que temos com o ambiente e, conseqüentemente, a formulação de para estagnar ou minimizar os problemas socioambientais (Sauvé, 2005).

Leff (2010), afirma que a EA é um instrumento que fornece conhecimento, possibilitando aos indivíduos interpretar os fenômenos complexos que constituem o meio ambiente, desenvolvendo neles valores éticos, econômicos, estéticos, políticos e culturais que favoreçam a construção de comportamentos balizados com o princípio da preservação e da melhoria do meio ambiente.

Loureiro e Layrargues (2013) e Reigota (2017) defendem que acima de tudo, a Educação Ambiental é uma educação política, pois o que de fato deve ser trabalhado são as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre o homem e a natureza. Como educação política, a Educação Ambiental deve se empenhar em ampliar a cidadania, a autonomia, a liberdade e o envolvimento direto dos cidadãos na procura de soluções e novas possibilidades e alternativas que consigam promover o convívio digno e voltado para o bem-estar comum (Loureiro; Layrargues, 2013).

Como todo processo educacional, a Educação Ambiental precisa ser permanente e não está imune às diferentes disputas ideológicas e de poder coexistentes na sociedade e que envolve a educação em todos os seus níveis e modalidades de ensino e sobre os diferentes tipos de educação tais como ensino formal, informal e não-formal. Ela compõe currículos escolares da escola formal e também é tema de ações educativas em projetos e programas de diferentes espaços para além da escola.

Pontos de convergências e divergências dessas correntes

A análise do Quadro 01 evidencia a pluralidade epistemológica, política e pedagógica que historicamente conforma o campo da Educação Ambiental (EA), ao mesmo tempo em que revela pontos de convergência e tensões estruturais entre concepções mais conservadoras, técnico-instrumentais e aquelas de caráter crítico, emancipatório e contra-hegemônico

Ao analisar os pontos de convergência entre as correntes, observa-se que todas as correntes partilham a preocupação com a degradação ambiental e reconhecem a necessidade de processos educativos voltados à sensibilização, à formação de valores e à mudança de práticas sociais. Correntes como a naturalista, conservacionista/recursiva, científica, sistêmica e holística convergem na valorização do conhecimento sobre o meio ambiente, ainda que partam de pressupostos distintos sobre a relação sociedade-natureza. Mesmo aquelas de orientação mais técnica ou comportamental reconhecem,

em alguma medida, o papel da educação na construção de atitudes ambientalmente responsáveis

Outro eixo de convergência reside na ampliação progressiva da noção de meio ambiente. Enquanto as correntes iniciais tendem a concebê-lo predominantemente como natureza ou conjunto de recursos naturais, abordagens como a sistêmica, holística, socioambiental, ecoeducação e sustentabilidade passam a integrá-lo às dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, sinalizando um movimento de complexificação conceitual no campo da EA

Ao analisar os pontos de divergência e tensões estruturantes, constata-se que as principais divergências manifestam-se na forma como as causas dos problemas ambientais são interpretadas e nos horizontes políticos atribuídos à educação ambiental. Correntes como a naturalista, conservacionista/recursiva, resolutive e, em certa medida, a científica, tendem a focalizar os problemas ambientais a partir de uma lógica despolitizada, centrada na mudança de comportamentos individuais, na conservação de recursos ou na aplicação de soluções técnicas. Nessas abordagens, as dimensões estruturais — como as relações de poder, o modelo econômico e as desigualdades sociais — aparecem de forma marginal ou são completamente silenciadas

Em contraposição, correntes como a crítica, praxica, socioambiental, feminista, ecofeminista, decolonial e etnográfica assumem uma leitura política e histórica da crise ambiental. Nessas perspectivas, os problemas ambientais são compreendidos como indissociáveis das formas de exploração capitalista, colonial, patriarcal e racista, o que desloca a EA de um campo meramente educativo para um projeto de transformação social

Há ainda divergências no que se refere aos saberes legitimados. Enquanto as correntes científica e conservacionista privilegiam o conhecimento técnico-científico, as abordagens etnográfica, decolonial e biorregionalista tensionam essa hegemonia ao reivindicar o reconhecimento dos saberes tradicionais, locais e ancestrais como epistemologicamente válidos e politicamente necessários para a justiça ambiental

À luz do próprio quadro e da literatura mobilizada no artigo, é possível identificar algumas críticas estruturantes. As correntes naturalista e conservacionista, embora relevantes para a sensibilização inicial, são criticadas por seu caráter romantizado e ingênuo, ao tratar a natureza como algo apartado das relações sociais e históricas, o que pode resultar em práticas educativas pouco críticas e facilmente cooptáveis por discursos ambientalistas superficiais

As abordagens resolutive e científica também são problematizadas por operarem sob uma lógica instrumental, que tende a reduzir a complexidade socioambiental à busca por soluções imediatas e tecnológicas, sem questionar as causas estruturais da

degradação ambiental. Tal postura pode reforçar uma educação ambiental funcional ao status quo, alinhada à racionalidade técnico-científica dominante

Por outro lado, embora as correntes crítica, decolonial, feminista e ecofeminista apresentem grande potência teórico-política, os autores sugerem, ainda que implicitamente, o desafio de materializar essas perspectivas nas práticas educativas concretas, especialmente em contextos escolares marcados por currículos prescritivos, precarização docente e limitações institucionais. O risco, nesse caso, reside na permanência dessas abordagens em um plano excessivamente discursivo, sem capilaridade no cotidiano educativo

A principal contribuição do quadro reside justamente em evidenciar que a Educação Ambiental não é um campo homogêneo, mas atravessado por disputas epistemológicas e políticas. Ao colocar em diálogo correntes tradicionais e contemporâneas, o artigo contribui para uma leitura crítica que permite aos educadores reconhecerem as implicações ideológicas de suas escolhas pedagógicas, fortalecendo a defesa de uma Educação Ambiental comprometida com a justiça socioambiental, a pluralidade de saberes e a transformação das realidades concretas.

Educação Ambiental entre possibilidades e desafios do campo político e educacional

O campo conceitual e as correntes e tendências que compreendem a Educação Ambiental são vastos e polissêmicos e têm evoluído ao longo da história de acordo com as conjunturas políticas, ambientais e socioculturais nas diferentes escalas geográficas, entretanto, a maioria das correntes ambientais se inter-relacionam e vinculam pressupostos teórico-metodológicos.

Da mesma forma, não é possível entender a Educação Ambiental no singular, como um único modelo alternativo de educação que simplesmente complementa uma educação convencional, que não é ambiental. É importante frisar que se inicialmente era necessário dirigir esforços para a inclusão da dimensão ambiental na educação (Guimarães, 1995), porque essa simplesmente desconsiderava o entorno biofísico, atualmente, já incorporada a dimensão ambiental na educação, não é mais possível referir-se genericamente a uma mera Educação Ambiental, sem qualificá-la com a precisão que o momento exige (Loureiro; Layrargues, 2009).

Nessa ascensão em que a Educação Ambiental adentra as políticas públicas entre elas o campo da educação houve a inserção de ideias políticas no debate e nas práticas ambientais trazendo emergindo diferentes concepções de natureza, meio ambiente, sociedade e educação, as quais os pesquisadores e movimentos ambientalistas foram

construindo o campo teórico-político e metodológicos assumindo diferentes concepções de Educação Ambiental. Dessa forma, a Educação Ambiental deixou de ser vista como uma prática pedagógica monolítica, e começou a ser entendida como plural, podendo assumir diversas expressões.

Nesse sentido, a Educação Ambiental como dimensão da educação é um campo de conhecimento que apresenta necessidades de fortalecimentos nas práticas educativas e inserção nos diferentes setores da sociedade, além da intervenção do poder público em que requer encaminhamentos com orientações, para formulação de Políticas Públicas, configurando-se como um campo que é permeável e articulável ao se estabelecer em rede a tantos outros saberes, no qual demanda movimentos de religação e associação do que está disjuncto. A Educação Ambiental desponta como possibilidade de “reencantamento da educação” pela introdução de novos conhecimentos e novas metáforas oriundos do diálogo e da convergência de várias áreas do saber, possibilitando se integrar no contexto do currículo e da prática pedagógica, assuntos e conhecimentos que mobilize os saberes para formar novos territórios epistemológicos, mais abertos e dinâmicos, que respondam às necessidades de nosso tempo e às nossas interrogações cognitivas.

A Educação Ambiental torna-se um desafio à luz de grandes questões públicas que inferem sobre inúmeros problemas ambientais que afetam a vida no planeta, cabendo, formular políticas considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania a fim de reforçar a necessidade de uma nova ética global e ecológica, vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana, por meio de um novo modelo de desenvolvimento e do entendimento de que tais problemas estão estruturalmente relacionados.

A Educação Ambiental consiste em processos permanentes, continuados, articulados e com a totalidade dos habitantes de cada base territorial, de aprendizagem baseada no cuidado e respeito com todas as formas de vida e na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e estimula a formação de sociedades sustentáveis, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (Sotero; Sorrentino, 2010).

A Educação Ambiental, por ser portadora de novas sensibilidades e postura ética, sintonizada com o projeto de uma cidadania ampliada, apresenta uma gama de possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais solidárias e comprometidas com a emancipação da humanidade.

Carvalho (2006) afirma:

Ao perfilar-se nos caminhos híbridos do conhecimento e da impertinência, a EA desperta enorme expectativa renovadora do sistema de ensino, da organização e dos conteúdos escolares, convidando a uma revisão da instituição e do cotidiano escolar mediante os atributos da transversalidade e da interdisciplinaridade. Essa é uma tarefa bastante ousada. Trata-se de convidar a escola para a aventura de transitar *entre* saberes e áreas disciplinares, deslocando-a de seu território já consolidado rumo a novos modos de compreender, ensinar e aprender (Carvalho, 2006, p. 125).

A Educação Ambiental na perspectiva emancipatória reconhece que, para politizar a questão ambiental e pensá-la de forma complexa, é preciso sair das amarras paradigmáticas² que nos confinam a visões simplistas e reducionistas, que colocam as questões ambientais num universo essencialmente natural e técnico, e, portanto, “neutro” (Guimarães, 2004), romper com esses modelos e vínculos paradigmáticos é reconhecer que a crise ambiental é produto das contradições e das crises da razão e do progresso.

O adjetivo “ambiental” associado à educação deve significar, de imediato, “uma outra forma de ver o mundo” (Brugger, 2004), ou, como nos convida Carvalho (2006), é necessário trocar as lentes para renovar nossa visão do mundo e “desnaturalizar” os modos de ver que temos como óbvios. Nesse processo, a racionalidade cognitivo-instrumental não pode ser desconsiderada; antes, pelos princípios dialógico³ e da recursividade⁴ (Morin, 2005), deve ser enriquecida por outras racionalidades, convertendo-se em sabedoria de vida (Santos, 2006).

Dessa maneira, os princípios e conceitos que vêm compondo o léxico da Educação Ambiental contrapõem-se à concepção reducionista e cartesiana do conhecimento, e impulsiona movimentos de conjunção/transgressão das fronteiras das disciplinas escolares, para se impulsionar nas concepções de interdisciplinaridade e transversalidade a partir dos saberes/fazer educativos contextualizados e integrados no ato pedagógico, fomentado por múltiplas dimensões e inter-relações, de modo a travar uma abertura, um diálogo entre diferentes modelos de análise, interação das disciplinas e intercâmbio das alteridades, o que nos coloca diante do desafio de ousar ultrapassar

2. A armadilha paradigmática é justamente a crença em um caminho único a seguir, alicerçada pela racionalidade instrumental, que leva a limitações compreensivas, reducionistas e simplificadoras das questões ambientais.

3. O princípio dialógico associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos, como, por exemplo, ordem e desordem, natureza e cultura. Esse diálogo não suprime as contradições e as dualidades, mas acentua a complementaridade, contrapondo-se à ideia de ser necessário fazer opções entre os polos presentes. Essa ideia baseia-se na perspectiva de exclusão da lógica binária (A diferente de B, logo A não é B) em que nós não compomos a natureza, o que reforça o sentimento de não-pertencimento, o que contraria a visão de complementaridade

4. O princípio da recursividade organizacional concebe uma circularidade autoprodutiva em que os produtos e efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produz. Isso quer dizer que a sociedade é resultado das interações humanas, ao passo que ela mesma age sobre os elementos que a produziram (os homens, as instituições...) e também os altera, alterando-se a si mesma. Assim, o produto é também produtor; o efeito é também causa.

e transitar em/entre/através/além das fronteiras para a ressignificação a fim de enriquecer a nossa relação com o mundo e se constituir novos territórios curriculares em que o entrelaçamento de saberes se abre ao novo, às mudanças e ao imprevisto inerentes aos agenciamentos de novas formas de perceber o mundo e fazer Educação.

Considerações Finais

Diante da crescente degradação ambiental e das múltiplas crises que afetam a humanidade, torna-se urgente repensar os paradigmas civilizatórios que sustentam a relação entre sociedade e natureza. Neste contexto, a Educação Ambiental se revela como uma ferramenta indispensável para a construção de uma nova racionalidade, capaz de articular conhecimento, sensibilidade, ética e participação social.

Ao longo deste artigo, evidenciamos que a Educação Ambiental é um campo plural, em constante disputa e reconstrução, atravessado por diversas correntes político-pedagógicas que refletem distintas concepções de mundo, de meio ambiente e de educação. Defendemos que a EA precisa ultrapassar os limites das abordagens reducionistas e instrumentalizadas, assumindo uma perspectiva crítica, emancipatória e transformadora, ancorada na justiça ambiental e na construção de uma cidadania ecológica.

Assim, reafirma-se que a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo permanente, interdisciplinar, contextualizado e profundamente político, capaz de fomentar sujeitos ativos, críticos e comprometidos com a transformação da realidade em direção a modos de vida mais sustentáveis, justos e solidários.

Referências

- Alencastro, M. S. C.; Souza-Lima, J. E. De. Educação Ambiental: Breves Considerações Epistemológicas. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, PR, v. 8, n. 4, p. 20-50, 2015.
- Alisson, E. **Degradação ambiental ameaça à saúde humana**. Agência FAPESP, Paris 2015, Un Climate Chance Conference COP 21, 2015.
- Barbieri, J. C; Da Silva D; **Educação Ambiental na formação do administrador**. São Paulo. São Paulo: Cengage Learning. 2011.
- Brugger, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. Florianópolis: Argos, 2004.
- Camargo, T. D. De; Camargo, T. S. De; Souza, D. O. G de. A educação ambiental sob o olhar de suas múltiplas tendências pedagógicas. Simpósio sobre Sistemas Sustentáveis (5.: 2019: Porto Alegre). **Anais**: volume 01. Porto Alegre: GFM, 2019, 2019.

Campos, D. B; Cavalari, R. M. F. Macrotendências político-pedagógicas identificadas em projetos de educação ambiental em contextos educacionais não escolares estudados em teses e dissertações brasileiras. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 39, n. 3, p. 120-139, 2022.

Carson, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010. (Obra original publicada em 1962).

Caride, J. A.; Meira, P. A. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano**. Instituto Piaget: Lisboa, 2004.

Carvalho, A. M.; Saheb, D.; Torales-Campos, M. A. A construção ontológica do campo da Educação Ambiental: 30 questões fundamentais ao debate. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 2, p. 333-347, 2018.

Carvalho, I. C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Carvalho, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Revista Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001.

Dias, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 1.ed. digital. São Paulo: Gaia, 2022. 551p.

Dolci, L. N.; Pereira, A. M. Educação Ambiental e Educação Estética: um processo educativo para a sustentabilidade. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020.

Gaudiano, E. G. Centro e periferia da educação ambiental: uma abordagem antiessencialista. México: Mundi Prensa, 1998.

Guimarães, M. Educação Ambiental Crítica. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

Guimarães, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

Gomes, Y. L. *et al.* Abordagens pedagógicas em Educação Ambiental: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5221, 2023.

Iared, V. G. *et al.* Educação Ambiental Pós-Crítica como Possibilidade para Práticas Educativas Mais Sensíveis. **Educação & Realidade**, v. 46, 2021.

Layrargues, P. P; Lima, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. 2014, v. 17, n. 1, pp. 23-40.

Layrargues, P. P. **Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades**. In: Loureiro, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-31.

Layrargues, P. P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

Leff, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

Leff, Enrique. **Saber ambiental: racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Lelis, D. A. J; Saheb P, D. As correntes da Geografia e da Educação Ambiental presentes na BNCC e nas DCNEA. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 18 jun. 2021.

Loureiro, C. F. B. **Educação ambiental transformadora**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

Loureiro, C. F.B.; Layrargues, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

Loureiro, C. F.B; Layrargues, P. P; Castro, R. S. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

Morin, E. **Introdução ao pensamento complexo** Porto Alegre: Sulina, 2005.

Morin, Edgar. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, p. 99-136, 2015.

Mousinho, P. Glossário. In: Trigueiro, A (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Netto, D, L; Duarte, S., J. Educação Estético-Ambiental: Uma prática emancipatória. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1-26, 2022.

Pedrini, A. G.; Souza; Silva, M. N. Educação Ambiental: referencial teórico para iniciantes. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1-21, 2023.

Pedrini, A.; Saito, C. H. (Org.) **Paradigmas Metodológicos em Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2021, 247 p.

Queiroz, E. D; Oliveira, A. L; Guimarães, M. Práticas Educativas em Educação Ambiental através do Diálogo Escola-Comunidade. **Revista Teias**, v. 12, n. 25, p. 11, 2011.

Quintas, J. S. **Salto para o Futuro**, 2008.

Quintas, José Silva. Gestão ambiental pública. **Curso de formação de educadores ambientais**: a experiência do Projeto Pólen. RL Bozelli, LMF d. Santos & A. FLCFB Loureiro (Orgs). Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

Reigota, M. **Meio Ambiente e representação social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2007. p. 87.

Reigota, M. **O que é educação ambiental**. 1ª ed. E-book. São Paulo: Brasiliense, 2017, 83 p.

Reigota, M. A Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012.

Saheb, D. **A Educação Ambiental na formação em Pedagogia**. 2008. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação de Educação-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2008.

Saheb, D. **Os saberes socioambientais e a formação do educador ambiental sob o foco da complexidade**. 2013. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação de Educação-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

Santos, B. S. **Um discurso sobre as ciências** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Sato, M; Gauthier, J. Z; Parigipe, L. Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoiética. **Educação ambiental-Pesquisa**, p. 101-120, 2005.

Sauvé, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

Sauvé, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, vol. 10, 1997.

Seara Filho, G. Apontamentos de introdução à educação ambiental. **Revista Ambiental**, ano 1, v. 1, p. 40-44, 1987.

Sotero, J. P; Sorrentino, M. A educação ambiental como política pública: reflexões sobre seu financiamento. **Anais do V Encontro da ANPPAS**, Florianópolis-SC, GT-6. Recuperado em, v. 17, 2010.

Sorrentino, M. *et al*. A Educação Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai./ago. 2005.

Sussman, A. **Guia para o Planeta Terra:** para terráqueos de 12 a 120 anos. Editora Cultrix. São Paulo – SP, 2002.

Tbilisi, Recomendações. **I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental.** Geórgia, ex-URSS, de, v. 14, 1977.

Tristão, M. Vieiras, R. R Decolonizar o pensamento: apontamentos e entrelaçamentos epistêmicos com a Educação Ambiental. **Rev. Eletrônica Mestrado. Educ. Ambiental.** Rio Grande, Edição especial XVI, Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 103-117, set, 2017.

Tristão, M. A Educação Ambiental e o pós-colonialismo. **Revista de Educação Pública,** Cuiabá, n. 53/2: p. 473-489, maio/ago. 2014.

Tristão, M. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação.**n.55, p. 847-1059, out/dez. 2013.